



## Senado aprova proteção a vítimas de tráfico de pessoas

Proposta foi um dos resultados do trabalho da comissão parlamentar de inquérito que em 2011 investigou o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil

O Plenário aprovou ontem projeto de lei que endurece a punição a quem pratica tráfico de pessoas e estabelece medidas de proteção às vítimas desse tipo de crime. A proposta amplia a tipificação criminal, ao englobar o trabalho

escravo e a remoção de órgãos humanos, e prevê o pagamento de seguro-desemprego às vítimas do tráfico. Para o presidente do Senado, Renan Calheiros, que articulou acordo para acelerar a votação, "é um importante avanço institucional para o país". **9**

Senadores aprovaram projeto sobre tráfico de pessoas, mote da Campanha da Fraternidade 2014



Pedro Franca / Agência Senado

### Oposição já tem assinaturas para CPI da Petrobras

Anúncio foi feito ontem por Alvaro Dias após confirmação do apoio de senadores do PSB e gerou intenso debate em Plenário.

Pedido pode ser protoco-

lado hoje. Humberto Costa disse que, mesmo que o pedido seja oficializado, governo pode trabalhar pela retirada de assinaturas até o fim do dia. **11**



Aécio Neves e Gleisi Hoffmann travaram embate sobre proposta de CPI

### Comissão acata normas para comércio on-line e superdívidas **6**

### Seguem ao Plenário nomes para a diretoria da Antaq **7**

### Avança inclusão de agente de trânsito na segurança **8**



Autor do projeto, Vital do Rêgo (E) fala na CCJ ao lado de Braga e Vanessa

Gerardo Magalhães/Agência Senado

### Simplificada regra para contestar tributos **3**

Aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça, vai à Câmara projeto que unifica as normas a serem seguidas pelo contribuinte que contesta cobrança de imposto pela União, estados, Distrito Federal e municípios e evita acionamento da Justiça. **3**

### Saudosismo da ditadura recebe críticas de senadores

Apesar do esvaziamento das marchas no sábado, apoio à intervenção

militar deve ser visto com atenção e combatido, adverte Pedro Simon. **12**

### Servidores veem equidade de gênero no Senado **2**

## 1º Fórum Nacional de Infraestrutura

Abertura: 27 de março, às 9h, no Auditório do Interlegis

Data: 27 e 28 de março

Horário: das 9h às 18h

Local das mesas-redondas: Plenários das Comissões – Alas Alexandre Costa e Nilo Coelho

Inscrições: <http://bit.ly/ForumInfraestrutura>

Informações: (61) 3303-4607

"O Brasil só será uma grande potência no dia em que adquirir o dom da eficiência".  
Arnold Toynbee

Comissão de Serviços de Infraestrutura



Resultados parciais de enquete realizada pelo DataSenado em fevereiro e março foram divulgados no Interlegis durante o debate “Gênero, trabalho e família: as várias jornadas da mulher moderna”



Participaram do evento sobre equidade de gênero no Auditório do Interlegis 69 representantes de diversos órgãos

## Maioria vê igualdade para homem e mulher no Senado

HOMENS E MULHERES que trabalham no Senado têm as mesmas oportunidades de crescimento profissional, segundo 65% dos servidores que responderam à enquete sobre equidade de gênero feita pelo DataSenado entre 25 de fevereiro e 14 de março. Os dados iniciais do trabalho foram divulgados ontem pelo assessor especial da Secretaria da Transparência, Thiago Costa, durante o debate “Gênero, trabalho e família: as várias jornadas da mulher moderna”. O evento, no Auditório do Interlegis, foi promovido pelo Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça do Senado, em parceria com a Procuradoria da Mulher da instituição.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), procuradora especial da Mulher no Senado, observou que a Casa é hoje “uma referência no Brasil na discussão

de políticas afirmativas para mulheres no Poder Legislativo”. Os resultados totais da enquete, que ouviu 387 pessoas, serão divulgados hoje.

Segundo os organizadores do encontro no Interlegis, o objetivo foi contribuir para a reflexão dos colaboradores e da sociedade sobre o uso adequado do tempo, tendo como olhar o gênero nas relações de trabalho.

A diretora-geral-adjunta do Senado, Ilana Trombka, confirmou que a Casa pretende dar novos passos na direção da igualdade de oportunidades. Uma das ações é a implantação de uma sala de amamentação.

— O Senado busca resgatar uma dívida histórica com as mulheres, que demoraram mais para poder votar, para trabalhar e, talvez por isso, ainda tenham pouca representação na política — disse Ilana.

Thiago Costa antecipou também que há diferenças na percepção masculina e feminina sobre como a condição materna afeta a profissão.

— Entre as entrevistadas, 39% avaliam que mulheres com filhos pequenos não estão em condições de igualdade com os homens de serem convidadas para assumir uma chefia. Entre os homens, apenas 16% consideram que existe tal disparidade.

Também participaram do debate a professora de antropologia da Universidade de Brasília (UnB) Lia Zanotta, a pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Natália Fontoura e a secretária de Políticas do Trabalho da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Tatau Godinho. A consultora do Núcleo Social do Senado Cleide Lemos fez a mediação.

## Ivonete Dantas enumera temas que defenderá como senadora

No primeiro discurso depois de retornar ao Senado, Ivonete Dantas (PMDB-RN) elencou alguns temas que nortearão o mandato, como combate aos efeitos da estiagem na região do semiárido, transposição do Rio São Francisco, segurança pública, saúde, educação, turismo e lazer.

— Represento as raízes mais nordestinas, sendo filha de agropecuaristas, com vivência no interior do estado do Rio Grande do Norte, sabedora das dificuldades enfrentadas pela escassez de recursos e por condições climáticas desfavoráveis. Trago ainda a mensagem feminina mais pura, das mães e avós dedicadas, das artesãs por vocação



Moreira Moniz/Agência Senado

e das empresárias de iniciativa e de visão diferenciada — disse.

A senadora lembrou que já foi deputada estadual, candidata a vice-prefeita de Caicó e vice-presidente local do PMDB.

Empresária, Ivonete Dantas foi deputada estadual de 1995 a 1999. É a segunda vez que assume uma vaga no Senado. A primeira ocorreu no período de dezembro de 2011 a abril de 2012, devido a licença médica de Garibaldi Alves (PMDB-RN), logo após ele ter se tornado titular do mandato com a renúncia de Rosalba Ciarlini. Rosalba renunciou para tomar posse como governadora do Rio Grande do Norte em dezembro de 2010.

## Renan assina acordo com TCU e Presidência

O presidente do Senado, Renan Calheiros, assina hoje, às 11h, um acordo de cooperação técnica com o Tribunal de Contas da União (TCU) e com a Presidência da República. O objetivo é permitir o uso de um sistema eletrônico de envio de documentos legislativos entre os órgãos envolvidos.

## Comissão especial analisará novo Código de Processo Civil

O Senado vai designar uma comissão especial para avaliar o projeto do novo Código de Processo Civil, cuja votação foi concluída na Câmara ontem. Um dos objetivos do texto (PLS 166/2010) é simplificar e acelerar a tramitação das ações cíveis. O novo texto vai substituir o código de 1973.

## Humberto Costa anuncia apoio do PT a Armando Monteiro

Em discurso na terça-feira, Humberto Costa (PT-PE) informou que o PT de Pernambuco decidiu abrir mão de ter candidato próprio para apoiar a candidatura do senador Armando Monteiro (PTB-PE) ao governo do estado nas eleições deste ano.

— Penso que o PT pernambucano deu uma demonstração altiva do seu espírito de negociação, da sua capacidade de realizar alianças, da sua vivência em sempre

buscar a composição de um campo democrático com aliados que compartilhem causas comuns — disse.

Humberto lembrou que Armando foi um defensor, como deputado federal e como presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), dos oito anos de governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e continuou apoiando o governo Dilma Rousseff depois de eleito senador.

## Inácio Arruda lembra liberação dos escravos no Ceará

O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) registrou a entrega, na terça-feira, em Fortaleza, da Medalha da Abolição a três personalidades do estado. Receberam a homenagem o jornalista Demócrito Dummar (in memoriam), o empresário Airton Queiroz e o artista plástico Sérvulo Esmeraldo.

A medalha é a maior comenda do Ceará e representa a batalha travada pelo pesca-



Gerardo Magalhães/Agência Senado

dor Dragão do Mar, que há 130 anos foi um dos principais responsáveis pela libertação dos escravos no estado.

— Um dos principais abolicionistas deu ao pescador

Chico da Matilde o título de Dragão do Mar. Chico decidiu que nos portos cearenses não desembarcariam mais escravos, o que resultou na liberdade a todos os escravos do nosso estado — disse o senador.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



#### PLENÁRIO PEC dos Recursos

14h A PEC dos Recursos, que transforma os recursos extraordinário e especial em ações rescisórias, está na pauta da sessão.

#### PRESIDÊNCIA Envio de documentos

9h Renan Calheiros participa do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura; às 11h, assina acordo de cooperação com o TCU e a Presidência; às 15h30, recebe o ministro da Saúde; às 16h, preside a ordem do dia.

#### CRA Agrotóxico natural

8h30 A comissão analisa projeto sobre política de apoio ao agrotóxico natural.

#### CI Fórum de Infraestrutura

9h Abertura do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura, com o tema “O Brasil só será uma grande potência no dia em que adquirir o dom da eficiência”, no Interlegis.

#### CDH Internação compulsória

9h Audiência sobre internação compulsória de dependentes químicos em unidades terapêuticas, com a presença de Roberto Tikanori, do Ministério da Saúde.

#### CRE Crise na Ucrânia e Celso Amorim

10h Comissão ouve embaixador da Ucrânia, Rostyslav Tronenko. Às 11h, recebe o ministro da Defesa, Celso Amorim.

#### CAS Empresa em crise

10h30 Debate trata da suspensão do contrato de trabalho em caso de crise econômico-financeira da empresa.

#### CRE/CAE/CRA Diretor-geral da OMC

14h30 Comissões ouvem o diretor-geral da Organização Mundial do Comércio, Roberto Azevêdo, sobre subsídios agrícolas de países desenvolvidos.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 8h30, reunião da **Comissão de Agricultura e Reforma Agrária**; e, às 10h30, reunião da **Comissão de Assuntos Sociais**. Às 14h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: [www.senado.leg.br/radio](http://www.senado.leg.br/radio).

### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Relações Exteriores**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

# Senado simplifica a contestação de tributos

Segue para votação da Câmara projeto que unifica as diversas legislações de estados e municípios, tornando o processo mais ágil e mais barato para os contribuintes

AS REGRAS DO processo administrativo fiscal ficam mais simples em proposta aprovada ontem pelo Senado. O projeto (PLS 222/2013 — Complementar), aprovado em decisão terminativa na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), unifica as normas quando o contribuinte contesta cobrança de imposto pela União, estados, Distrito Federal e municípios. O texto segue agora para a Câmara.

A contestação por via administrativa é considerada uma opção mais ágil e menos onerosa, sem necessidade de recorrer ao Judiciário. O autor do projeto, Vital do Rêgo (PMDB-PB), explicou que a falta de uma norma geral tem gerado grande distorção entre as diversas legislações, especialmente sobre recursos, prazos e critérios. Cada um, no uso da sua competência, estabelece o próprio regime administrativo fiscal.

— Essa profusão de normas acarreta um custo adicional para contribuintes, notadamente as empresas, que passam a ter equipes especializadas para cada um dos ritos distribuídos para a União, para os estados, para os municípios.

Eduardo Suplicy (PT-SP) se opôs à definição de regras por lei complementar e alegou que normas gerais podem reduzir a liberdade de estados e municípios. O senador mencionou também o provável aumento das despesas para que haja adaptação às novas regras.

José Agripino (DEM-RN), Ricardo Ferraço (PMDB-ES) e Lúcia Vânia (PSDB-GO) defenderam o projeto, que, segundo eles, garantirá maior justiça tributária.



Autor do projeto, Vital do Rêgo (D) explica na Comissão de Constituição e Justiça que a atual profusão de normas tem gerado distorção e custos adicionais

— Podíamos conceituá-lo como uma constituição cidadã tributária, porque elimina injustiça, elimina regra superposta e define claramente direitos, deveres e limites — elogiou Ferraço.

Para assegurar o direito ao contraditório e à ampla defesa, o projeto especifica quais tipos de recurso estarão à disposição dos contribuintes, os prazos, as regras para decisões definitivas, as prerrogativas dos órgãos julgadores e a previsão de súmulas vinculantes.

Como meios de defesa, haverá impugnação, embargos de declaração, recurso voluntário, recurso de ofício, recurso especial e pedido de reexame de admissibilidade de recurso especial. Para prazos, o projeto prevê 30 dias para a impugnação e para o recurso voluntário e o de ofício; 15 dias para recurso especial, pedido de reexame de admissibilidade de recurso especial e para os embargos de declaração; e 10 dias para divulgação de pautas de julgamento.

O texto estabelece que o julgamento do processo em primeira instância poderá ser por um único árbitro ou por órgão colegiado, conforme legislação específica, cabendo recurso voluntário e recurso de ofício da decisão.

Já o julgamento em segunda instância deve ser realizado por órgão colegiado e paritário, composto por representantes do órgão tributário e dos contribuintes. Caberá recurso especial caso a decisão de segunda instância seja

baseada em interpretação da lei tributária diferente da interpretação de outro colegiado, também de segunda instância, ou de instância especial da administração tributária.

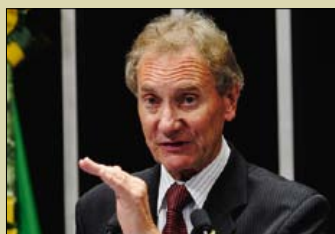
O texto prevê a possibilidade de adoção de súmula vinculante para administrações tributárias dos estados e do Distrito Federal. As súmulas serão aprovadas por órgão colegiado, composto por representantes da administração tributária e dos contribuintes, mediante decisão de dois terços dos membros.

Na CCJ, sob relatoria de Francisco Dornelles (PP-RJ), o projeto sofreu duas mudanças. A primeira tornou as normas facultativas para municípios com menos de 40 mil habitantes. Outra deu prazo de dois anos para a União adotar as regras da nova lei, contados a partir da data de publicação. Para estados e municípios, a previsão é de que o ente que não se adaptar no mesmo prazo ficará impedido de receber transferências voluntárias da União. O texto original exigia adoção imediata.

## Casildo defende ampla reforma tributária

Em média, são editadas diariamente 35 novas regras tributárias, segundo Casildo Maldaner (PMDB-SC). Ao defender ampla reforma tributária, o senador disse ontem que o advogado Vinício Leoncio compilou a legislação brasileira sobre impostos. Resultado: a obra tem 42 mil páginas e 7,5 toneladas.

Para Casildo, o emaranhado de leis dificulta prin-



cipalmente a vida dos mais pobres. Como alguns tributos incidem sobre o consumo, essas pessoas pagam tanto imposto quanto as mais ricas quando compram um pro-

duto. Quanto às empresas, disse o senador, a legislação tributária tira competitividade internacional e complica a vida dos médios empreendedores, que gastam 2,6 mil horas por ano para interpretar e entender as regras.

Nos Estados Unidos, comparou, o gasto médio é de 175 horas, enquanto na Inglaterra limita-se a 110 horas e, no Uruguai, a 310 horas.

## Vai à Câmara projeto que agiliza ação civil pública

Varas especializadas poderão ter preferência para processar e julgar ações civis públicas, mesmo que o dano reclamado tenha ocorrido em outra localidade. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem, em decisão terminativa, projeto de Pedro Taques (PDT-MT) abrindo a possibilidade. O projeto (PLS 472/2013) só vai ao Plenário do Senado se houver recurso de um décimo dos senadores. Caso contrário, segue direto para a Câmara.

A medida foi sugerida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Segundo explicou Taques, varas especializadas localizadas em capitais têm deixado de processar inúmeras ações civis públicas pelo fato de o dano contestado ter ocorrido no interior do estado. Para o

senador, a especialização de varas para demandas coletivas complexas reforçará a independência dos magistrados.

Ação civil pública é aquela por meio da qual o Ministério Público e outras instituições — como a Defensoria Pública e entidades não governamentais — propõem à Justiça a responsabilização de pessoas

ou empresas que cometeram danos à coletividade, lesando direitos de toda a sociedade (direito difuso) ou de um grupo ou categoria de pessoas (direito coletivo). Esse instrumento jurídico permite, assim, defender direitos relativos ao meio ambiente, à segurança pública e a outras áreas, bem como proteger os interesses

de grupos sociais ameaçados (índios, uma categoria profissional etc.).

Os argumentos de Taques em favor da mudança foram encampados pelo relator, senador Ciro Nogueira (PP-PI), que recomendou a aprovação da proposta, com duas emendas de redação que não alteraram o conteúdo do projeto, mas apenas o deixaram mais claro.

No parecer, Ciro assinala que “como os servidores atuantes nessas varas — os magistrados, inclusive — já possuem experiência e o cabedal de conhecimentos específicos indispensáveis à solução ótima da lide, tende-se a um ganho de eficiência e, por conseguinte, diminuição dos custos no processamento das ações civis públicas”.



Autor do projeto, Taques prevê fortalecimento da independência de magistrados

## Renan recebe representantes da magistratura

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem representantes da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Associação dos Juizes Federais da 1ª Região (Ajufer) e Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). Eles pediram apoio à PEC 63/2013, de Gim (PTB-DF), que cria uma parcela indenizatória de valorização por tempo de serviço na magistratura e no Ministério Público a cada cinco anos de efetivo exercício, até o máximo de sete quinquênios. Renan disse que vai conversar com o presidente da CCJ, Vital do Rêgo (PMDB-PB).

— Sempre defendi a valorização da magistratura e uma carreira diferenciada para juizes federais — afirmou Renan.

# MP que altera tributação deve ser votada na terça-feira

Medida provisória com validade até 21 de abril foi aprovada ontem pela comissão mista de análise. Relator acredita que o Plenário da Câmara apreciará o texto já na terça-feira; depois, virá ao Senado

APROVADA ONTEM EM comissão mista, a Medida Provisória 627/2013, que altera regras contábeis e tributárias, segue para votação no Plenário da Câmara, onde poderá ser votada já na terça-feira. A MP afeta principalmente as atividades de empresas brasileiras no exterior.

A comissão mista formada para analisar a proposta aprovou relatório do deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), após quase três horas de debates. A MP, que também terá de passar pelo exame do Plenário do Senado, perde a validade no dia 21 de abril.

Deputados do DEM tentaram sem sucesso adiar a votação, alegando que precisariam de mais tempo para analisar os 116 artigos do texto. Eles também reclamaram da inserção de “temas estranhos” ao conteúdo da MP. O requerimento para adiar o processo por 48 horas acabou derrotado.

O deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ) citou emendas que, na opinião dele, não poderiam ser incluídas na MP 627, relativas a assuntos como extinção da taxa para o exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); estabelecimento de parâmetros de infrações e valores de multas a serem aplicadas a operadoras de planos de saúde; recolhimento de



Walter Pinheiro (2º à esq.), ao lado de Romero Jucá, ouve o deputado Cunha (E)

contribuição dos responsáveis por aeródromos civis públicos; alterações na lei sobre o adicional de frete da Marinha Mercante. Maia ressaltou que há emenda até ao Código de Trânsito Brasileiro, para retirar dos órgãos de trânsito municipais a responsabilidade de autorização para condução de ciclomotores.

O relator, no entanto, rebateu as críticas:

— O conceito do que é estranho ou não é relativo. Passei três horas aqui ouvindo gente reclamando que há matéria estranha, mas também ouvi gente pedindo para colocar mais matéria estranha. A medida trata de regra contábil, tributação de

pessoas físicas e jurídicas, de parcelamentos. Tudo que foi adicionado guarda relação com esses itens — defendeu Cunha, após a reunião.

A MP 627/2013 estabelece melhores condições para que as multinacionais brasileiras entrem em programas de recuperação fiscal (Refis), uniformiza parte da legislação contábil e fiscal com normas internacionais e altera a tributação de empresas brasileiras com filiais no exterior. A proposição também extingue o Regime Tributário de Transição (RTT), que foi criado em 2009 para fazer uma convergência gradual de normas contábeis nacionais e internacionais.

## O que prevê a MP 627

As mudanças introduzidas pela medida provisória afetam principalmente as atividades de empresas brasileiras no exterior



### Consolidação

As empresas terão até 2022 para consolidar os resultados no exterior. Elas podem, por exemplo, compensar, para efeito de apuração do imposto a ser pago, lucros e prejuízos apurados entre as diferentes subsidiárias fora do Brasil. O benefício só valerá para empresas que atuam em países com os quais o Brasil mantém acordo de troca de informações tributárias.



### RTT

O Regime Tributário de Transição será extinto. O mecanismo foi criado para realizar uma convergência gradual das regras brasileiras vigentes para as regras internacionais, mas foi alvo de questionamentos jurídicos.



### IRPJ e CSLL

É ampliado de cinco para oito anos o prazo para pagamento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) sobre o lucro das empresas brasileiras no exterior. As empresas terão alívio no primeiro ano, recolhendo 12,5% e pagando o saldo restante até o oitavo ano.



### Atualização

As regras que regem o IRPJ e a CSLL serão harmonizadas com os novos critérios contábeis implantados pelas chamadas normas e padrões internacionais de contabilidade (IFRS, na sigla em inglês).



### Livros

Serão unificados o Livro de Apuração do Lucro Real, o Controle Fiscal Contábil de Transição e a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica. A partir do ano-calendário 2015, as empresas unificarão tais controles no arquivo digital e-Lalur, a ser enviado no âmbito do Sistema Público de Escrituração Digital.



### OAB

O relator conseguiu aprovar na comissão o fim da taxa para a realização de exames da Ordem dos Advogados do Brasil.



### Multas

Será concedida redução do valor das multas às empresas por atraso ou incorreções no envio de informações por meio digital ao Sistema Público de Escrituração Digital.



### Refis

O programa de parcelamento de débitos tributários terá prazo estendido para multinacionais brasileiras, seguradoras e instituições financeiras, que poderão incluir no parcelamento os débitos vencidos até dezembro de 2013.

## Rejeitado projeto sobre região integrada no RS



O Plenário rejeitou o projeto que autorizava o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento da Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul. A região seria constituída pelas sub-regiões da Campanha, Central, Centro-Sul, Fronteira Oeste, Litoral, Vale do Rio Pardo e Sul.

Segundo o PLS 315/2003 — Complementar, de Pedro Simon (PMDB-RS, foto), os programas e projetos prioritários dariam ênfase à irrigação, aos recursos hídricos, ao turismo, à reforma agrária, ao meio ambiente e aos sistemas de transporte. Os recursos viriam do Orçamento da União e também de operações de crédito internas e externas.

José Pimentel (PT-CE) e Pedro Taquez (PDT-MT) declararam-se contra a proposta, com o argumento de que a Constituição não prevê projetos autorizativos. Simon disse que é “rotina” o Congresso autorizar medidas do gênero e que a posição do Supremo Tribunal Federal é que, se a Presidência da República aceitar, o processo fica consolidado.

## Adiada análise de recursos para áreas atingidas por desastres

O relatório da Medida Provisória (MP) 631/2013, que libera recursos para áreas atingidas por desastres, deverá ser votado na terça-feira. A discussão do texto em comissão mista foi suspensa ontem após apresentação de pedido de vista coletivo.

No relatório, o deputado Paulo Foletto (PSB-ES) acolhe 8 das 47 emendas apresentadas à MP, que tem validade até 3 de abril, mas pode ser prorrogada por mais 60 dias.

A MP 631/2013 altera a Lei 12.340/2010, atribuindo fluxo orçamentário e financeiro obrigatório aos recursos para ações de prevenção em áreas de risco de desastres, assim como à disponibilidade já prevista para serviços e obras de resposta e de reconstrução. Institui ainda, para o repasse dos recursos, o procedimento fundo a fundo, assemelhado ao já aplicado às dotações do Sistema Único de Saúde (SUS).

A medida também recupera, em novo formato de financiamento, o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (Funcap), que passa a ser constituído apenas com recursos federais. E, por

fim, permite a seleção por meio do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) para obras de enfrentamento a desastres naturais.

Durante a discussão do relatório, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) defendeu alteração na legislação atual para que o Funcap seja utilizado na prevenção de desastres. O senador também cobrou aprovação de proposta em tramitação no Congresso que destina 1% do valor dos prêmios de seguro à Defesa Civil. Ele explicou que a iniciativa vai auxiliar os municípios na prevenção de desastres, além de fomentar a cultura do seguro no Brasil.

O senador José Pimentel (PT-CE) acredita que o Funcap deve ser fortalecido com novas fontes de recursos, mas sem a criação de novos impostos, e a partir do remanejamento dos recursos de fontes já existentes.

Entre as emendas aceitas pelo relator, estão a que prevê a divulgação de alertas pelas emissoras de rádio e televisão e pela telefonia móvel na iminência de desastres e a que inclui a delimitação de áreas verdes urbanas no âmbito do plano diretor das cidades.

## Exame de MP do BNDES fica para próxima semana

Foi adiada para terça-feira a votação do relatório de Ricardo Ferraço (PMDB-ES) sobre a Medida Provisória (MP) 628/2013, que autoriza a União a conceder R\$ 24 bilhões ao BNDES. Os recursos devem financiar projetos de investimento de longo prazo na área de infraestrutura e em outros segmentos considerados estratégicos para o país.

A MP também inclui produtos e serviços no Reintegra, programa do governo federal de incentivo às exportações. Em seu parecer, Ferraço acrescentou novos setores ao programa.

## Audiência na terça debaterá crédito para assentados

Foi adiada a audiência sobre a proposta que institui linha especial de crédito para famílias incluídas no Programa Nacional de Reforma Agrária, perdoa dívidas dos assentados e estabelece condições especiais de renegociação dos saldos remanescentes. A comissão mista que analisa a MP 636/2013 discutirá o texto na próxima terça-feira. A MP trata ainda da quitação de débitos assumidos por assentados para construção e reforma de habitações rurais.

# Municípios e IBGE divergem sobre nova partilha

Em debate sobre critérios para o Fundo de Participação dos Municípios, senadores buscam forma de conciliar aumento de recursos com novas regras de distribuição

ENQUANTO A CONFEDERAÇÃO Nacional de Municípios (CNM) quer prioridade para aumento dos recursos do Fundo de Participação de Municípios (FPM), o IBGE pede urgência na definição de critérios de repartição da verba. Conciliar as duas demandas é o desafio do Senado.

As prioridades do CNM e do IBGE foram apresentadas ontem pelos presidentes dos órgãos — Paulo Ziulkoski e Wasmália Bivar, respectivamente — em audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR). O debate foi proposto por Cícero Lucena (PSDB-PB), relator de três projetos que mudam regras de partilha do FPM e que tramitam em conjunto: PLSs 184/2010, 320/2010 e 712/2011.

A presidente do IBGE apoia a distribuição dos recursos por faixas de população. Ela explicou que, hoje, uma pequena redução do número de habitantes ou uma pequena variação na renda per capita estimada podem levar o município a uma faixa abaixo da que vinha sendo enquadrado, mas que representará uma brusca variação no repasse de verbas.

— É uma situação trágica quando um município, por dois, três habitantes, cai de



Wasmália, do IBGE, e o senador Valadares observam apresentação de Ziulkoski, da Confederação Nacional de Municípios

faixa e tem uma redução de R\$ 200 mil a R\$ 300 mil ao mês, que é o que garante a participação dele no sistema de saúde ou nas contrapartidas que oferece ao Ministério da Educação para trazer as creches — exemplificou Inácio Arruda (PCdoB-CE).

Para reverter a situação, muitos municípios entram com contestações administrativas e judiciais, resultando em custos tanto para os próprios municípios quanto para o IBGE e o Tribunal de Contas da União (TCU).

Wasmália afirma que os novos coeficientes previstos no PLS 184/2010 não afetarão os repasses atuais, mas permitirão uma transição gra-

dual de uma faixa para outra.

— O novo método elimina as variações bruscas, estabelecendo uma progressividade dos coeficientes e, consequentemente, dos recursos, à medida que se altera o número de habitantes — frisou.

Para Ziulkoski, a mudança de critérios pode reduzir a judicialização e o trabalho do TCU e do IBGE, mas não resolve o problema dos municípios, que é perda de receita.

— De 1989 para cá, as perdas acumuladas do FPM estão em R\$ 276 bilhões, que, corrigidos, chegam a R\$ 420 bilhões. Estamos lutando para que os municípios possam se recuperar da atual situação de falência — disse.

Ele afirma que, com o projeto, haverá redução de repasses do FPM para 3.149 municípios brasileiros. E para uma grande parte desses municípios, frisou, os recursos do fundo representam mais da metade da arrecadação.

Ana Amélia (PP-RS) lembrou que as medidas de redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) adotadas pelo governo federal agravam ainda mais a situação, pois o FPM é constituído de 22,5% da arrecadação líquida do IPI e do Imposto de Renda.

— Defendemos a desoneração de qualquer setor, mas que a União a faça com o seu dinheiro, e não com o dinheiro dos municípios — disse.

A senadora considera que a mudança de critério de repartição do FPM deve levar em conta as diferenças regionais.

Inácio vê como positiva a reformulação dos critérios para contabilizar a população e o repasse dos recursos do fundo, mas observa que, para a Confederação Nacional de Municípios, esse não é o problema central, e sim o montante de recursos.

O senador acredita ser possível, em substitutivo, o relator dos projetos enfrentar a questão das faixas de população, sem prejuízos para os municípios, e, ao mesmo tempo, prever o aumento de volume global de repasses do fundo.

Até 2012, as três propostas estavam sob relatoria de José Pimentel (PT-CE), mas, como o parlamentar deixou de integrar a CDR em 2013, os projetos foram redistribuídos, estando agora com Cícero Lucena, que apresentará substitutivo acolhendo sugestões que ajudem a solucionar a crise enfrentada pelos municípios, conforme antecipou.

Depois de analisada na CDR, a proposta segue para as Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE).

## Acordo adia decisão sobre dívidas de estados com a União

Novo acordo entre o governo e o relator da proposta, Luiz Henrique (PMDB-SC), transferiu para 9 de abril o exame de três emendas de Plenário ao projeto que reduz os encargos das dívidas de estados e municípios (PLC 99/2013). Será uma votação conjunta das Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE).

Ontem, Luiz Henrique retirou a matéria de pauta e apresentou um requerimento para a reunião conjunta, assinado também pelos líderes do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), e no Congresso, José Pimentel (PT-CE).

O requerimento foi descrito por Luiz Henrique como parte de um “procedimento definitivo e improrrogável” para

a votação das três emendas apresentadas por Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).

O projeto de iniciativa do Executivo passou a enfrentar resistências na própria base de sustentação do governo após o ministro da Fazenda, Guido Mantega, ponderar que a conjuntura econômica mundial não recomenda a aprovação do projeto.

Ontem, Luiz Henrique apresentou a posição dos secretários estaduais de Fazenda, reunidos no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), em defesa do PLC 99/2013, sem alteração. Os secretários querem a convalidação em um projeto à parte, com abrangência maior, contemplando inclusive uma reforma do ICMS.



Luiz Henrique quer votar emendas na reunião da CCJ e da CAE em 9 de abril

### Novo índice permite ao RS quitar débito com União em 2030, diz Paim

Paulo Paim (PT-RS) destacou ontem, em Plenário, a importância do PLC 99/2013, que altera o índice de correção das dívidas dos estados e municípios.

Segundo o senador, a dívida do Rio Grande do Sul é impagável, “até porque o índice usado é do tempo ainda da inflação nas alturas, que era o IGP-DI mais 9%”.

— O novo indexador será o INPC mais 4%, ou, no máximo, a taxa Selic, o que vai fazer com que o Rio Grande possa quitar sua dívida até, no máximo, 2030 — explicou.

Paim se disse otimista em relação ao acordo firmado ontem para votação conjunta da proposta pela CCJ e pela CAE em abril (*leia matéria acima*). Ele contou que a maioria dos senadores que integram a CCJ lhe disseram serem favoráveis ao projeto.

— Isso não quer dizer que também não tenham oposição em relação a uma ou outra emenda.

O senador também ressaltou a importância da aprovação de diversos estatutos pelo Congresso, como o do Idoso e o da Igualdade Racial.

### Situação de contas públicas de Roraima é “caótica”, alerta Mozarildo

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) encaminhou ao Tribunal de Contas do Estado de Roraima, ao Tribunal de Contas da União, à Controladoria-Geral da União e à Procuradoria-Geral da União um relato sobre o que chamou de “caótica situação” das contas públicas do estado, que apresenta o maior déficit financeiro entre todos da Federação.

O senador encaminhou as informações, solicitando providências desses órgãos, já que grande parte dos recursos do estado de Roraima tem origem no Tesouro Nacional.

— O grosso desse dinheiro provém do Tesouro Nacional, mas provém, sobretudo, dos impostos que até o mais pobre dos cidadãos paga quando compra arroz, feijão, leite — afirmou.



Roraima é o estado com o maior déficit financeiro, afirma senador

### Ângela critica endividamento e falta de investimentos em Roraima

Ângela Portela (PT-RR) criticou a situação de endividamento e a falta de investimentos de Roraima. A senadora mencionou reportagem da *Folha de S.Paulo*, no sábado, indicando que a dívida do estado saltou de 41% para 74% do produto interno bruto (PIB), aproximando-se dos R\$ 2 bilhões.

Além disso, os investimentos estaduais, que eram de 16% do PIB em 2011, caíram para 8%. Os gastos com pessoal subiram, no mesmo período, de 34% para 46% do PIB.

Ângela contou que, só no ano passado, foram gastos R\$ 870 milhões a mais do que o estado arrecadou. O pior, segundo a senadora, é que foi feito um gasto de má qualidade, que não melhorou a vida da população.



Ângela reclama da falta de investimentos em áreas sociais

# Aprovada atualização do Código do Consumidor

Novo texto do CDC moderniza a lei de 1990, que passará a defender o cidadão que compra produtos ou serviços via internet, além de impor restrições à oferta de crédito para frear o superendividamento

A MODERNIZAÇÃO DO Código de Defesa do Consumidor vai ampliar o leque de proteção ao consumidor. A opinião é de Ricardo Ferraço (PMDB-ES), autor do relatório final aprovado por unanimidade ontem pela Comissão Temporária de Modernização do CDC (Lei 8.078/1990).

O senador destacou o comércio eletrônico, o superendividamento e o fortalecimento dos Procons como os pontos principais do texto. Ele explicou que o projeto trata do aumento da responsabilidade ambiental da empresa, da restrição a spams, da ampliação dos direitos de devolução e de mais proteção para o consumidor no comércio eletrônico internacional. Ele lembrou que, de cada dez brasileiros, quatro compram na internet.

O relatório também prevê a identificação da localização física do negócio virtual e mais clareza na descrição dos produtos vendidos. Também constam do texto a responsabilização solidária entre o site de compra e o fornecedor do produto — acatando emenda de Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) — e a obrigação de o fornecedor informar eventual vazamento de dados. Ele destacou que o direito de arrependimento permanece fixado em sete dias.



Ministro Herman Benjamin, Rollemberg e Ferraço: regras para vendas on-line

Em relação ao superendividamento, Ferraço disse que o relatório pede restrições à publicidade de crédito, limites à contratação de crédito consignado e regras mais rígidas para a publicidade infantil — como a proibição à discriminação a quem não tem um determinado brinquedo ou tornar a criança como porta-voz do consumo. O senador lembrou que seis em cada dez famílias “estão no vermelho”.

— O objetivo é atualizar a legislação à nova realidade social, econômica e tecnológica para construir relações éticas e equilibradas entre quem compra e quem vende produtos e serviços de qualquer tipo — declarou Ferraço.

Para isso, os senadores estudaram três projetos de lei (PLSs 281, 282 e 283 de 2012) apresentados pela comissão especial de juristas que

analisou o tema. Criada em dezembro de 2010 pelo então presidente do Senado José Sarney (PMDB-AP), o grupo foi dirigido pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Herman Benjamin e promoveu 37 audiências públicas com senadores, procuradores e organismos de defesa do consumidor.

Ferraço acrescentou que o relatório amplia o poder dos Procons, dando autonomia para intermediar a conciliação entre vendedor e comprador e negociar a devolução de valores, quando for o caso. A ideia é desafogar a Justiça com esse tipo de demanda.

Segundo o presidente da comissão, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), a votação foi viabilizada por acordo prevendo que eventuais divergências seriam tratadas em Plenário, para onde seguiu a matéria.

## Regras são consideradas um novo “marco da cidadania”

Autor de quatro emendas acatadas pelo relator, Ricardo Ferraço, Antonio Carlos Rodrigues classificou o novo CDC como “um verdadeiro marco da cidadania”.

— Trata-se de uma das leis mais importantes do século e que colocou o Brasil na vanguarda na proteção ao consumidor — disse.

Presidente da comissão do CDC, Rodrigo Rollemberg elogiou o trabalho do colegiado e o relatório.

— A regulamentação do comércio eletrônico era urgente e necessária.

Os senadores também elogiaram o trabalho da comissão de juristas. Fernando Collor (PTB-AL) definiu Herman Benjamin, que presidiu o grupo, de “defensor das causas da cidadania”.

Collor lembrou que era presidente da República quando o CDC foi sancionado.

— É um poderosíssimo instrumento da cidadania, que despertou o cidadão [para o fato] de que ele tem direitos no seu dia a dia — disse.

Para Romero Jucá (PMDB-RR), o trabalho dos juristas foi “brilhante”. Ele apontou que, quando há o auxílio de juristas, a chance de alguma desavença parar na Justiça é menor. Ele também destacou a “gentileza e a competência de estadista do relator”.

Cyro Miranda (PSDB-GO), que propôs uma revisão do código em cinco anos, agradeceu a Ferraço pelo trabalho “em favor do Brasil” e a condução do colegiado por Rollemberg.

Vital do Rêgo (PMDB-PB) afirmou que o projeto representa um salto de qualidade na proteção do consumidor. Para Jorge Viana (PT-AC), trata-se de uma das mais importantes matérias que o Senado vai apreciar este ano. José Agripino (DEM-RN) lembrou que foi presidente da comissão que trabalhou no atual código e classificou o relatório de Ferraço de “maduro e equilibrado”.

— Um código só é perfeito quando há equilíbrio entre as partes. Se um lado tem mais poder que o outro, a corda arrebenta — disse Agripino.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) parabenizou o relator e também elogiou o trabalho do ministro Herman Benjamin. Na visão de Pedro Taques (PDT-MT), as mudanças propostas são “significativas”. Ele disse que a modernização caminha para uma lei “mais justa, mais igualitária e mais livre”.

Ferraço agradeceu os elogios e as contribuições.

— Esse relatório foi feito a muitas mãos, fruto de um trabalho coletivo — disse o senador.

**Senadores exaltam resultado e elogiam trabalho da comissão de juristas e do relator**

## Marco civil deve ter tramitação rápida no Senado

Chegará nos próximos dias ao Senado o projeto do Marco Civil da Internet, que disciplina direitos e proibições no uso da rede. Aprovado na terça-feira pela Câmara, onde tramitava desde 2011, o projeto (PLC 21/2014) exigiu um grande esforço de consenso — dificultado pela atual crise entre o PMDB e o PT.

O presidente Renan Calheiros informou que, no Senado, o marco civil será examinado simultaneamente pelas Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). De acordo com Renan, a análise pelo Senado não vai demorar o mesmo tempo que levou na Câmara.

— Teremos uma solução em curtíssimo tempo. A sociedade está cobrando muito isso. Vamos concluir essa votação antes mesmo do início da campanha eleitoral — garantiu o senador.

O projeto trancava a pauta da Câmara desde outubro do ano passado. No Senado, todavia, será feita a tentativa de aprovar com mais celeridade o projeto idealizado pelo Executivo. Líder do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM) acredita que o marco civil pode ter uma tramitação mais rápida, mas entende que haverá tempo suficiente para discutir o mérito da proposta.

— O projeto ainda não chegou ao Senado, portanto ainda não sabemos sobre as emen-

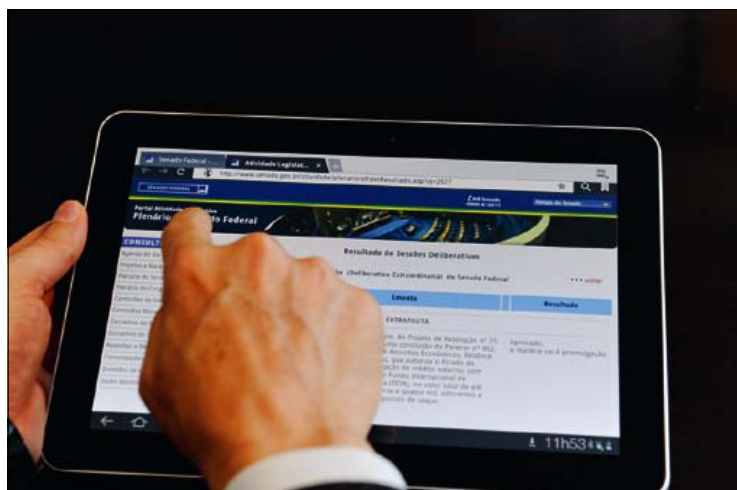
das. Mas acredito que a análise será mais rápida do que na Câmara dos Deputados, onde ele ficou por três anos — disse o senador.

Eduardo Braga confirmou a especulação, nos bastidores, de que Walter Pinheiro (PT-BA) seria uma boa escolha para a relatoria do projeto na mais importante comissão de mérito: a de Ciência e Tecnologia (CCT). Além de integrar o colegiado e ser da base do governo, Pinheiro é especialista em telecomunicações.

O senador reconheceu ter vontade de discutir com os demais parlamentares vários pontos do projeto, inclusive alguns que mereceriam reparos, na opinião dele. Mas admite que a celeridade, neste momento, pode ser mais interessante que um debate pormenorizado. Se houver mudança de mérito, o texto terá que voltar à Câmara para nova votação.

A legislação da internet é esperada pelo setor de telecomunicações por ser uma carta de fundamentos e princípios no uso da rede, com questões como sigilo de dados, liberdade de expressão e o pagamento apenas pelo uso da banda e da velocidade, não de aplicativos separadamente.

O projeto foi elaborado pelo governo e, ao chegar à Câmara, foi pensado a outras 42 proposições que tinham objetivos semelhantes: colocar lei no Brasil virtual, ambiente “frequentado” por nada menos que 100 milhões de brasileiros, ou seja, a metade da população do país.



O marco civil é também chamado de a Constituição da Internet no Brasil

## Renan recebe plano de tecnologia da Amazônia

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem das mãos do deputado federal Sibá Machado (PT-AC) o Plano de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento da Amazônia (PCTI/Amazônia).

Sibá Machado pediu o apoio de Renan às propostas de inovação para a Amazônia Legal, entre elas a PEC 290/2013 e o PCTI. O presidente se comprometeu em marcar uma sessão do Congresso Nacional para fazer o lançamento do plano.

— Vamos fazer um evento com a importância que a Região Norte merece — afirmou Renan.

A presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Helena Nader, agradeceu a recepção ao plano e falou sobre a importância das propostas para o desenvolvimento da Região Norte.

Seguem para votação em Plenário indicações de Mario Povia e Fernando Fonseca para a Agência Nacional de Transportes Aquaviários. Os dois são servidores efetivos e defendem mais investimentos em hidrovias



Entre Fernando Fonseca e Mario Povia, Fernando Collor conduz a sabatina na Comissão de Serviços de Infraestrutura

## Comissão aprova indicados para a diretoria da Antaq

A COMISSÃO DE Serviços de Infraestrutura (CI) aprovou ontem Mario Povia e Fernando José de Pádua Costa Fonseca para cargos de diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). Foram 19 votos favoráveis e 1 contrário nos dois casos. A CI também aprovou requerimento de urgência para que o Plenário vote as indicações.

Povia e Fonseca ressaltaram a necessidade de investimento no sistema hidroviário. Fonseca, que é servidor efetivo da Antaq desde 2005, disse que, pelo modal marítimo do país, transitam 98% das exportações e que só no ano passado o setor portuário movimentou 931 milhões de toneladas. Ele informou que a Antaq tem feito estudos sobre as hidrovias:

— Um deles é o Plano Nacional de Integração Hidroviária, um mapeamento georreferenciado com inclusão de estudos de demanda e indicação de gargalos e pontos carentes de intervenções de engenharia.

Mario Povia — servidor efetivo da agência desde 2006 — afirmou que a nova Lei dos Portos (Lei 12.815/2013) está

sendo positiva para o setor.

— Poderemos obter um choque de oferta de infraestruturas portuárias. Não sei se a lei pode ser aprimorada, estamos ainda testando o modelo de licitação. Temos que colocar esses primeiros operadores nas áreas e ver como o modelo se conforma — disse Povia.

José Pimentel (PT-CE) e Jayme Campos (DEM-MT), que foram relatores das mensagens presidenciais com as indicações, elogiaram o desempenho e a experiência dos indicados. Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Acir Gurgacz (PDT-RO), Cidinho Santos (PR-MT) e Jorge Viana (PT-AC) perguntaram sobre a situação de hidrovias e portos nos estados que representam.

### Quadro e autonomia

Fonseca ressaltou a necessidade de aumentar o quadro da Antaq, que tem apenas três diretores e 360 servidores. Povia disse que a agência gostaria de ter mais autonomia para tratar de alterações nos arrendamentos portuários, o que a lei não proporciona. Ele atribuiu essa questão à Operação Porto Seguro, investigação da Polícia

Federal sobre fraude em pareceres e em laudos técnicos de agências reguladoras.

Gurgacz e Viana questionaram os indicados sobre a cheia do Rio Madeira, que tem provocado o isolamento de cidades no Acre e em Rondônia. Gurgacz falou da ausência de porto em Guajará-Mirim e da necessidade de dragagem e sinalização no rio. Viana reclamou da qualidade de transportes por balsas pelo rio.

Fonseca respondeu que, por meio dos estudos do Plano Nacional de Integração Hidroviária, foram identificadas dificuldades como a necessidade de dragagem e sinalizações.

— A agência não pode implementar essas intervenções diretamente. Mas a gente pode encaminhar os estudos às esferas competentes com vistas à solução ou minimização do problema — afirmou.

Povia também relatou que a Antaq tem se esforçado para ajudar no abastecimento de cidades isoladas pela cheia do rio, disponibilizando autorizações extraordinárias e atracções em áreas não outorgadas.

### Jorge Viana considera absurdo o preço de passagens aéreas para a Região Norte



O preço das passagens nos voos que partem de Brasília para a Região Norte foi considerado abusivo por Jorge Viana (PT-AC). O senador comparou os valores cobrados por viagens ida e volta Brasília-Rio Branco no ano passado com os deste ano. Ele informou que, em fevereiro do ano passado, gastou em seis passagens aéreas R\$ 3.080. Neste ano, em quatro viagens, foram R\$ 5.242. Viana acrescentou que hoje, de Brasília a Rio Branco, o passageiro paga R\$ 2.022, “um preço absurdo”.

— Claro que 40% do preço da passagem hoje é combustível e o Acre tem o combustível elevado, mas nada justifica o preço ter triplicado — disse.

### Rebaixamento de nota do Brasil mostra desacertos na economia, diz Flexa Ribeiro



Flexa Ribeiro (PSDB-PA) afirmou ontem, em Plenário, que o rebaixamento da nota de risco do Brasil pela agência Standard & Poor's atesta os desacertos da economia brasileira, que, a seu ver, crescem dia após dia.

Flexa ressaltou que isso significa que investir em nosso país ficou mais arriscado e mais caro. Segundo o senador, o Brasil é colocado na mesma posição de países em crise, como a Espanha.

— O Brasil foi rebaixado no mesmo momento em que as economias concorrentes, como o México, estão sendo promovidas. Falta-nos o que lá está sobrando: coragem para fazer reformas — disse Flexa.

Cyro Miranda (PSDB-GO) criticou o governo por questionar a credibilidade da agência Standard & Poor's depois do rebaixamento do grau de investimento do país. Ele comparou a insatisfação atual com a euforia do PT quando a mesma agência elevou a nota do país em 2008.

### Cyro aponta contradição em reação do governo à queda do grau de investimento do país

O senador também apontou “manobras contábeis” do governo para fechar as contas e a elevação dos gastos públicos, que resultam em desconfiança de investidores.

Cyro criticou a operação de compra de refinaria em Pasadena, nos Estados Unidos, que causou prejuízos à Petrobras, com aval da presidente Dilma Rousseff, então presidente do Conselho de Administração da empresa. Ele defendeu a mobilização da oposição para criar uma CPI para investigar a transação.

## Senado faz dois dias de debates sobre situação da infraestrutura

O Senado vai realizar hoje e amanhã o 1º Fórum Nacional de Infraestrutura, com sete mesas-redondas sobre grandes temas relacionados ao setor, como energia elétrica e transporte de passageiros. O objetivo é encontrar soluções para problemas que desafiam

o país e já foram discutidos e diagnosticados em seminários organizados pela Comissão de Infraestrutura (CI) em 2013.

Alguns painéis serão transmitidos pela TV Senado na internet. Os internautas poderão participar dos debates na página do fórum.

### Confira a programação

#### ABERTURA: hoje, às 9h

Local: Auditório Antonio Carlos Magalhães, Interlegis, Via N2, Anexo E, Senado

#### MESAS-REDONDAS: hoje, das 14h às 18h, e amanhã, das 8h às 12h

##### 1. Energia Elétrica (Plenário 3)

Participantes: senador Delcídio do Amaral (coordenador); Altino Ventura Filho (secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia); Claudio Sales (presidente do Instituto Acende Brasil); Elbia Melo (presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica); Jerson Kelman (Coppe-UFRJ)

##### 2. Transporte de Passageiros (Plenário 2)

Participantes: senador Acir Gurgacz (coordenador); André Dantas (diretor técnico da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos); José Luiz Santolin (superintendente da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros); Martha Martorelli (presidente da Associação Nacional dos Analistas e Especialistas em Infraestrutura); Otávio Vieira da Cunha Filho (presidente-executivo da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos); Ricardo Nogueira (diretor-geral da Associação Brasileira de Aviação Geral); Ronaldo Jenkins (diretor de Segurança e Operações de Voo da Associação Brasileira das Empresas Aéreas)

##### 3. Transporte de Cargas (Plenário 6)

Participantes: Luiz Afonso dos Santos Senna (UFRGS, coordenador); Ellen Capistrano Martins (superintendente da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários); Guilherme Bergmann Borges Vieira (Universidade de Caxias do Sul); Luis Henrique Teixeira Baldez (presidente-executivo da Associação Nacional dos Usuários do Transporte de Carga); Paulo Resende (gerente do Núcleo CCR de Infraestrutura e Logística da Fundação Dom Cabral); Priscila Santiago (coordenadora de Economia da Confederação Nacional do Transporte); Silvio dos Santos (Laboratório de Transportes e Logística da UFSC)

##### 4. Telecomunicações (Plenário 9)

Participantes: Márcio Iorio (UnB, coordenador); Cesar Rômulo Silveira Neto (secretário-geral do SindiTeleBrasil); Eduardo Levy (diretor-executivo do SindiTeleBrasil); Edwin Pinheiro da Costa (Subchefia de Comando e Controle do Ministério da Defesa); José Ricardo Souza Camelo (Centro de Defesa Cibernética do Exército)

##### 5. Combustíveis (Plenário 15)

Participantes: Adilson de Oliveira (UFRJ, coordenador); Eduardo Teixeira (sócio-diretor da Creta Planejamento); Elizabeth Farina (diretora-presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar); José Augusto Dutra Nogueira (diretor do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis); Sergio Bajay (Unicamp)

##### 6. Mineração (Plenário 13)

Participantes: Carlos Nogueira da Costa Júnior (secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia, coordenador); Carlos Vilhena (advogado); Elmer Prata Salomão (presidente da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa Mineral); Roberto Ventura Santos (diretor de Geologia e Recursos Minerais do Serviço Geológico do Brasil); Valdecir de Assis Janasi (USP)

##### 7. Saneamento, Abastecimento e Irrigação (Plenário 7)

Participantes: Vicente Andreu Guillo (diretor-presidente da Agência Nacional de Águas, coordenador); Fernando Rodriguez (consultor da Del Giudice Assessoria Técnica); Lineu Rodrigues (Embrapa Cerrados); Marcos Thadeu Abicalil (consultor do Banco Mundial)

#### ENCERRAMENTO: amanhã, às 14h

Local: Via N2, Anexo 2, Ala Alexandre Costa, Plenário 13, Senado Federal

### Vanessa Grazziotin critica declaração de executivo gaúcho sobre o Amazonas

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) lamentou ontem, em pronunciamento no Plenário, declaração do executivo gaúcho José Antonio Fernandes Martins, publicada no jornal *Zero Hora*, segundo a qual o Brasil não pode perder a posição de grau de investimento e deve fazer tudo para evitar isso, “se preciso, vender até o Amazonas e a Ilha do Marajó”.

Na avaliação da senadora, ele fez uma declaração infeliz e, mesmo que tenha falado em tom de brincadeira, merecia uma resposta:

— Isso mostra como as pessoas têm que tomar cuidado, porque o período do desconhecimento do Norte do Brasil ficou para trás — afirmou Vanessa.

# Agentes de trânsito poderão fazer parte do sistema de segurança pública

Plenário do Senado votará em dois turnos, com regime de urgência, proposta de emenda à Constituição já aprovada pela Câmara

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem a inclusão dos agentes de trânsito, estruturados em carreira, no sistema de segurança pública. A proposta de emenda à Constituição (PEC 77/2013), já aprovada pela Câmara, será agora votada em dois turnos pelo Plenário do Senado. Vários representantes da categoria acompanharam a discussão e a decisão na CCJ.

De autoria do deputado Hugo Motta (PMDB-PB), a

PEC recebeu parecer favorável do presidente da CCJ, Vital do Rêgo (PMDB-PB). Ele pediu urgência na votação, por acreditar que a medida vai contribuir para reduzir o problema do trânsito nas cidades.

A proposta inclui um parágrafo no artigo 144 da Constituição, que trata da estruturação do sistema de segurança pública. Prevê que a segurança viária compreende educação, engenharia e fiscalização de trânsito, com o objetivo de

garantir ao cidadão o direito à mobilidade urbana eficiente.

Um dos dispositivos acrescentados dá caráter constitucional à competência dos órgãos e agentes de trânsito, estruturados em carreira.

José Pimentel (PT-CE) disse que a proposta aprovada pela Câmara e acolhida pela CCJ melhorou o texto original, que previa um piso nacional para a carreira, o que, de acordo com o parlamentar, afrontaria a Constituição.

Lúcia Vânia (PSDB-GO) afirmou que a PEC dá dignidade a uma carreira importante, enquanto Romero Jucá (PMDB-RR) disse que estados e municípios ganham as bases necessárias para enfrentar o problema do trânsito.

Também se manifestaram a favor da proposta Cyro Miranda (PSDB-GO), Humberto Costa (PT-PE) e Benedito de Lira (PP-AL). A reunião foi presidida por Anibal Diniz (PT-AC).



A competência dos agentes de trânsito ganha caráter constitucional, segundo a proposta. Mudança pode reduzir o problema de trânsito nas cidades brasileiras

## Renan quer acordo de líderes para acelerar a votação

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse ontem que vai buscar entendimento com os líderes dos partidos para acelerar a tramitação da PEC 77/2013. Ele recebeu o pedido de apoio de um grupo de representantes da categoria, que tem mais de 60 mil trabalhadores em todo o país.

— Quando fui ministro da Justiça, eu regulamentei o

Código de Trânsito Brasileiro. Compreendo a importância dessa questão. Podem contar comigo — afirmou o presidente do Senado.

Renan explicou aos representantes dos guardas de trânsito que somente um acordo unânime entre os líderes pode fazer com que os prazos regimentais sejam suprimidos. No momento da

reunião, a PEC ainda não havia sido aprovada na CCJ.

Os guardas de trânsito pediram que o Senado use o mesmo procedimento adotado na Câmara dos Deputados, que aprovou a proposta em dois turnos de votação no mesmo dia.

— O presidente do Senado não pode fazer isso sozinho. Mas se houver consenso entre

os senadores, faremos com satisfação — garantiu Renan.

Participaram da reunião com agentes de trânsito o deputado federal Paulão (PT-AL), o presidente da Federação Nacional dos Sindicatos de Servidores dos Detrans (Fetran), Eider Marcos, e o presidente do Sindicato dos Agentes de Trânsito Municipais de Alagoas, Evaldo Moraes.

## Justiça do Trabalho poderá julgar ações de acidentes

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 42/2005, de iniciativa de Paulo Paim (PT-RS), que atribui à Justiça do Trabalho competência para processar e julgar causas originadas de acidentes de trabalho. A matéria recebeu substitutivo do relator, Humberto Costa (PT-PE).

O substitutivo elimina a possibilidade de a Justiça do Trabalho processar e julgar ações para recebimento de prestações previdenciárias decorrentes de acidentes de trabalho, mantendo, assim, a competência da Justiça Federal.

O relator também suprimiu a referência a dolo ou culpa do empregador na definição da competência da Justiça do

Trabalho para julgar ações por acidentes de trabalho. “Os motivos causadores do acidente só poderão ser averiguados no curso do processo e podem não ser visíveis de imediato”, argumenta Humberto.

Por fim, o substitutivo cortou a possibilidade de a Justiça do Trabalho decidir sobre dissí-

dios coletivos envolvendo entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta.

Paim resolveu apresentar a proposta por entender que o texto atual da Constituição gera dúvidas sobre a competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar causas

envolvendo acidentes de trabalho. Humberto reconheceu que a justiça especializada está realmente mais apta a decidir e julgar essas questões, proporcionando, assim, economia processual e evitando sentenças contraditórias.

Ao final da discussão na CCJ, foi feito acordo para apresentação de emenda de redação no Plenário para desfazer dúvida levantada por Pedro Taques (PDT-MT) e José Pimentel (PT-CE). Os senadores questionaram a eventual mudança na competência da Justiça estadual para julgar causas previdenciárias de responsabilidade da Justiça federal, reconhecida legalmente sempre que não há sede de vara do juízo federal no foro de domicílio de segurados ou beneficiários.



Com a proposta, Paim quer eliminar dúvidas sobre a competência da Justiça do Trabalho

### Comissão rejeita aumento do adicional de periculosidade

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) rejeitou projeto destinado a elevar para 50% sobre o salário o adicional de periculosidade para quem exerce atividades que impliquem risco acentuado. O adicional atual é de 30%. A votação ocorreu ontem, em decisão terminativa. Se não houver recurso para decisão em Plenário, a proposta (PLS 97/2003), de Paulo Paim (PT-RS), será arquivada.

O relator, Humberto Costa (PT-PE), recomendou a rejeição argumentando que o aumento pode servir de pretexto para o crescimento da informalidade nas relações empregatícias e tenderá a ser repassado aos preços de mercado, pressionando inclusive tarifas públicas. Além dos reflexos macroeconômicos, ele salientou que a medida impactaria os segmentos de baixa renda.

Outros sete projetos da pauta — entre eles, a que propõe mais seis meses para recebimento do Bolsa Família em caso de alteração de renda que torne a família inelegível ao programa — tiveram votação adiada para análises complementares.

### Trabalhadores da seguridade pedem volta de gratificações

Em audiência com representantes dos trabalhadores da seguridade social e da saúde, ontem, o presidente do Senado, Renan Calheiros, prometeu auxiliar na negociação para incluir na Medida Provisória 632/2013 emendas que garantem a legalidade das gratificações denominadas vantagens pessoais nominalmente identificadas (VPNI) e diferenças pessoais nominalmente identificadas (DPNI). Em janeiro, essas gratificações foram retiradas da remuneração dos funcionários da seguridade social e da saúde.

Na audiência com o presidente do Senado, os sindicalistas se fizeram acompanhar do deputado Paulão (PT-AL) e do vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Seguridade Social de Alagoas, Célio dos Santos. O líder sindical entregou ao presidente do Senado um documento da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Seguridade Social pedindo a aprovação das emendas propostas pela entidade para a referida medida provisória.



Proposta foi resultado do trabalho da CPI do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas no Brasil e inclui atenção às vítimas desse crime

# Aprovadas medidas de prevenção e repressão ao tráfico de pessoas

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem, em votação simbólica, substitutivo ao projeto de lei que estabelece medidas de proteção às vítimas do tráfico nacional e internacional de pessoas, além de normas de prevenção e punição a esse tipo de crime.

O PLS 479/2012, a ser encaminhado para exame da Câmara dos Deputados, teve como relator o senador Humberto Costa (PT-PE). A proposta é de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Tráfico de Pessoas, criada em 2011 e presidida pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

A proposta inova ao dar maior atenção às pessoas, ao prever o pagamento de seguro-desemprego às vítimas do tráfico, independentemente da regularidade da situação migratória. O projeto permite ainda a concessão de visto temporário ou mesmo transformado em permanente se houver colaboração na apuração do crime.

O projeto autoriza o Executivo a implementar medidas como a criação de um fundo



Humberto Costa (ao centro), relator da proposta, lembra que o tráfico de pessoas é o tema da Campanha da Fraternidade

para financiar as ações antitráfico e um sistema de informações e monitoramento da atividade criminosa. A proposição optou por um tipo penal fechado para o tráfico de pessoas, mas manteve a pena máxima atualmente em vigor, de oito anos.

Na discussão do projeto, Humberto Costa registrou que o comércio de seres humanos é o mote da Campanha da Fraternidade 2014 da Conferência Nacional dos Bispos do

Brasil (CNBB), que tem como tema “Fraternidade e tráfico humano”.

O relator disse que o projeto endurece a legislação para os agentes criminosos e garante também ações de proteção às vítimas.

Apesar de reconhecer o mérito da proposta em estabelecer três eixos para o enfrentamento do tráfico de pessoas — prevenção, repressão e atenção à vítima —, o relator considerou necessário

fazer ajustes no texto original para torná-lo mais objetivo e preciso.

Entre as mudanças, destacou-se a redução da pena máxima para o crime de dez para oito anos. Humberto julgou a pena proposta “excessiva em termos proporcionais”.

Vanessa Grazziotin, por sua vez, ressaltou que o projeto amplia a tipificação criminal, ao englobar o trabalho escravo e a remoção de órgãos humanos.

## Ana Rita alerta para risco de rebelião em Hortolândia

A presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), senadora Ana Rita (PT-ES), alertou ontem, durante reunião do colegiado, para o risco de rebelião no Centro de Progressão Penitenciária de Hortolândia (SP).

Ela encaminhou um pedido do vereador do município Gervásio Pozza ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para que seja feito mutirão carcerário no presídio. Segundo o vereador, o número de presos supera em três vezes o número de vagas.

A CDH também vai apurar denúncia de tortura praticada por policiais durante o interrogatório de Marcos Antony Candido em delegacia do município de Santo Antônio do Descoberto (GO). Segundo a denúncia, apresentada pela mãe de Candido, ele teria sido submetido a tortura para assinar depoimento em que assume a autoria de um assassinato e a polícia teria confundido o filho com outra pessoa.



José Cruz/Agência Senado

## Autoridades e intelectuais vão discutir legalização da maconha

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) fará um ciclo de debates sobre a regulamentação da maconha. A ideia é ouvir autoridades, lideranças sociais e intelectuais para embasar o parecer do colegiado sobre a Sugestão 8/2014, que propõe a criação de regras para o uso recreativo, medicinal e industrial da droga. Requerimento para os debates foi aprovado ontem.

Os senadores querem ouvir, entre outros, o presidente do Uruguai, José Mujica; o ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso; o médico e pesquisador Dráuzio Varella; e o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, dom Raymundo Damasceno Assis.

O debate foi proposto pelo relator da sugestão, Cristovam Buarque (PDT-DF), que afirmou não ter ainda posição sobre o assunto.

— Reconheço que não dá para continuar no atual sistema, pois estamos perdendo a guerra contra a droga. Mas temo que a regulamentação possa agravar a dependência.

O ciclo de audiências recebeu o apoio da presidente da CDH, Ana Rita (PT-ES). Segundo ela, o calendário das reuniões ainda será definido.

Também foram aprovados requerimentos de Ana Rita para diligências no Espírito Santo a fim de apurar os motivos dos elevados índices de violência contra jovens e mulheres.

## Audiência debate internação de dependentes químicos

A internação compulsória de dependentes químicos em unidades terapêuticas será tema de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH) hoje.

Foram convidados Márcia Landini Totugui, representante do Conselho Federal de Psicologia (CFP); Roberto Tikanori, coordenador de Saúde Mental do Ministério da Saúde; o diretor-executivo da ONG Viva Rio, Rubem César Fernandes; e o secretário nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça, Vitore André Zílio Maximiano.

A audiência foi proposta por Humberto Costa (PT-PE), relator na CDH do projeto que permite a internação compulsória e o tratamento especializado de usuários de droga, mediante determinação judicial (PLS 111/2010), já aprovado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O texto aprovado na CAS é um substitutivo de Ana Amélia (PP-RS), estabelecendo que a medida a ser tomada em relação ao usuário deve constar de parecer de comissão composta por, ao menos, três profissionais de saúde especializados em dependência química, dos quais um obrigatoriamente tem de ser médico.

A proposta original, do ex-senador Demóstenes Torres, previa pena de prisão que, posteriormente, poderia ser convertida em tratamento a ser imposto por um juiz para os dependentes químicos, depois de laudo técnico sob responsabilidade de colegiado multidisciplinar.

A reunião será interativa e está marcada para as 9h. Para acompanhar o debate e participar com opiniões e perguntas, o cidadão pode usar os veículos de comunicação e os canais interativos do Senado.

## Cassol defende redução da maioria penal de 18 para 16 anos

Ivo Cassol (PP-RO) defendeu ontem a redução da maioria penal e uma punição maior para criminosos reincidentes.

O senador ressaltou que, entre os países mais populosos, o Brasil é o que tem o maior índice de mortes por arma de fogo, acrescentando que as duas medidas que defende mostrariam à população que o crime não compensa.

— Nós temos que criar algo, temos que aprovar uma lei que torne o crime uma escolha, com certeza, perdedora — afirmou.

Cassol defendeu a aprovação de projeto de decreto legislativo de autoria dele que convoca plebiscito sobre a redução da maioria penal de 18 para 16 anos. Ele argumenta que a mudança atende a vontade da maioria da população, já que não faz sentido proteger um indivíduo que já assume responsabilidades importantes, como a de votar.



Pedro França/Agência Senado



A regulamentação da maconha vem sendo defendida em manifestações

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 9h	
▶ <b>Portal e-Cidadania:</b> www.senado.leg.br/ecidadania	▶ <b>Alô Senado:</b> www.senado.leg.br/alosenado
▶ <b>Tempo real:</b> http://bit.ly/CDHInternacaoEC	▶ <b>Tempo real:</b> http://bit.ly/CDHInternacaoAS
▶ <b>Facebook:</b> eCidadaniaSF	▶ <b>Facebook:</b> alosenado
▶ <b>Twitter:</b> @e_cidadania #CDHSenado #InternacaoCompulsoria	▶ <b>Twitter:</b> @AloSenado
▶ <b>TV:</b> www.senado.leg.br/TV	▶ <b>Alô Senado:</b> 0800 612211

# Cyro apoia torneio mundial de ensino técnico no Brasil

No ano que vem, São Paulo vai sediar a competição bial que desde 1950 intensifica o intercâmbio de jovens aprendizes. Para o senador, é a oportunidade de aumentar o interesse pela educação profissional

PALCO DE GRANDES eventos internacionais como a Copa do Mundo, em 2014, e as Olimpíadas, em 2016, o Brasil também se prepara para receber a WorldSkills Competition 2015, maior torneio de educação profissional do mundo. O presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), Cyro Miranda (PSDB-GO), avalia que se trata de uma oportunidade para despertar nos jovens o interesse pelo ensino técnico.

— Temos enorme potencial de jovens que hoje desconhecem essa área — disse Cyro.

O senador se reuniu ontem com o presidente da competição, Simon Bartley, que está no Brasil para divulgar o evento. A competição vai acontecer no Pavilhão do Anhembi, em São Paulo, entre 11 e 16 de agosto do próximo ano.

Realizada a cada dois anos, a WorldSkills é promovida pela International Vocation Training Organization desde 1950 com o objetivo de intensificar o intercâmbio entre jovens profissionais de todo o mundo. Reúne os melhores alunos do ensino profissionalizante de mais de 60 países das Américas, Europa, Ásia e África. Eles precisam demonstrar habilidades técnicas, individuais e coletivas para executar as tarefas profissionais dentro



Cyro Miranda (2º à esq.) recebe o presidente da WorldSkills, Simon Bartley (D)

de padrões internacionais de qualidade. Os alunos do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), escolhidos na Olimpíada do Conhecimento, representam o Brasil.

## Mais divulgação

O presidente da CE foi à mais recente edição da competição, em 2013, na Alemanha. Cyro disse que ficou impressionado com a organização do evento e ponderou que a WorldSkills precisa ser mais conhecida no Brasil. Ele prometeu engajamento para ampliar a divulgação.

Entre outras medidas, Cyro pretende fazer em novembro uma audiência pública com a presença de Bartley para debater a preparação do país para a

edição de 2015 da WorldSkills.

— O engajamento político do Congresso, do governo e da CNI [Confederação Nacional da Indústria] é importante para o sucesso do evento, que tem impacto como acelerador do ensino profissionalizante — afirmou Bartley.

A expectativa do presidente da WorldSkills é superar o número recorde de competidores registrado em 2013, quando mais de mil participantes de 53 países disputaram medalhas em 46 ocupações. Ele disse acreditar que São Paulo será a melhor edição do evento.

Durante a passagem pelo Brasil, Bartley também terá encontros com o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade, e com o diretor-geral do Senai, Rafael Lucchesi.

## Audiência debaterá recursos para educação

A comissão especial destinada a propor soluções para o financiamento da educação aprovou ontem convite a especialistas para discutir o tema em audiências públicas. Os debates começarão na próxima reunião, ainda sem data definida. A presidente do colegiado, Ângela Portela (PT-RR), e Paulo Paim (PT-RS) salientaram a importância dos trabalhos da comissão, que tem como relator Cristovam Buarque (PDT-DF).

Serão convidados os professores da Universidade de São Paulo (USP) José Marcelino de Rezende Pinto, Naércio Aquino Menezes Filho e Marta Teresa da Silva Arretche; Marcelo Medeiros, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); o professor da PUC-MG Carlos Roberto Jamil Cury; o consultor do Senado João Monlevade; o professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Fernando Veloso; a diretora da Escola Brasileira de Professores, Guiomar Nam

de Mello; o vice-presidente da Fundação Itaú Social, Antonio Jacinto Matias; e o especialista em finanças públicas Raul Velloso.

Também serão convidados o especialista em economia do setor público Fabio Giambiagi; o ex-presidente do Ipea Fernando Rezende; a presidente do Instituto Ayrton Senna, Viviane Senna; e a diretora-executiva do movimento Todos pela Educação, Priscila Cruz, entre outros.

## Exposição de fotos de pássaros abre Projeto Talentos do Senado

Foi inaugurada ontem a exposição *Pássaros no Jardim do Senado*, que abre o Projeto Talentos do Senado, com objetivo de divulgar os talentos artísticos, culturais e acadêmicos dos servidores da Casa. A mostra, com 14 fotos de autoria do servidor João Rios, segue até 15 de abril na praça de alimentação do Espaço do Servidor.

— A arte, a música, a poesia, a pintura, tantas outras criações, quando descobertas, acabam estimulando a melhoria, até a qualidade de vida dessas pessoas. O ambiente no trabalho melhora. A autoestima se eleva.

E isso tudo gera muita confiança — disse o primeiro-secretário do Senado, Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Para o senador, “grandes empresas e grandes gestores sabem valorizar o que a equipe tem de melhor, para além da competência e da dedicação profissional”.

João Rios é um dos 27 servidores selecionados para apresentar trabalhos ao longo do ano. Ele ressaltou o fato de colegas ainda desconhecerem os talentos uns dos outros.

— Inúmeras vezes, já trabalhamos na mesma sala ou no mesmo projeto. Sabemos da capacidade, da disposição e do humor de cada um. No entanto, não sabíamos do que eles faziam após o expediente. Não sabíamos da sua capacidade artística — disse.

A diretora-geral-adjunta

do Senado, Ilana Trombka, disse que a Diretoria-Geral vai atuar como facilitadora de “servidores talentosos, capazes e dedicados”, fazendo com que todos esses interesses possam convergir para fazer um Senado melhor.

Outro objetivo do Projeto Talentos do Senado é promover a integração entre colegas das mais diversas áreas da instituição.

Também participaram da solenidade de inauguração da exposição os diretores da Secretaria de Comunicação Social, Davi Emerich, e de Recursos Humanos, Renato Brown.

**Objetivo é divulgar e reconhecer os talentos artísticos, culturais e acadêmicos de servidores**

Ao todo, estão programadas dez exposições fotográficas de servidores, com duração de aproximadamente 20 dias cada uma; três sessões para lança-

mento de livros na Biblioteca do Senado; dois espetáculos musicais no Espaço do Servidor; e dois debates, denominados “Café com Saber”, para apresentação de trabalhos acadêmicos.

Além disso, estão previstas quatro oficinas em parceria com o Senac, a serem realizadas no Centro de Aperfeiçoamento em Gastronomia da entidade, perto de datas comemorativas (Páscoa, Dia das Mães, Dia dos Pais e Dia das Crianças).

As inscrições para a primeira oficina podem ser feitas até o dia 4 de abril pelo e-mail comunicacaointerna@senado.leg.br.



Mostra pode ser visitada até 15 de abril, no Espaço do Servidor, no Senado

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro  
**Segunda-secretária:** Ângela Portela  
**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira  
**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino  
**Suplentes de secretário:**  
 Magno Malta, Jayme Campos,  
 João Durval, Casildo Maldaner

**Diretor-geral:** Helder Rebouças  
**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich  
**Diretor-adjunto:** Flávio de Mattos  
**Diretor de Jornalismo:** Eduardo Leão

### AGÊNCIA SENADO

**Coordenador:** Marco Antonio Reis (61) 3303-3327  
**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Sheyla Assunção  
**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia  
**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Coordenador:** Flávio Faria (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Sílvio Burle

**Editores:** André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

## Criação de CPI agora não seria bom para o Brasil, afirma Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse ontem que a criação de uma CPI para investigar a atuação da Petrobras em pleno período eleitoral não convém para o país.

Ele reafirmou a posição de que a CPI “só se justifica quando os canais normais de apuração de denúncias estão emperrados”.

— Fazer a CPI agora seria erguer um palanque eletrônico em pleno período eleitoral em cima da Petrobras, isso não é bom para o Brasil — afirmou.

## Suplicy elogia Graça Foster no caso da refinaria em Pasadena



Pedro Franco / Agência Senado

Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou ontem a entrevista da presidente da Petrobras, Graça Foster, ao jornal *O Globo*.

Ele afirmou que, com o convite feito para que a dirigente da estatal compareça ao Senado, os parlamentares terão todas as condições de obter os esclarecimentos necessários sobre o caso da compra da refinaria em Pasadena, nos Estados Unidos.

## Para Humberto Costa, iniciativa é palanque eleitoral da oposição

Humberto Costa (PT-PE) criticou ontem a proposta de CPI da Petrobras por refletir um clima de campanha eleitoral antecipada. Para ele, não representaria nenhum acréscimo às investigações que já estão sendo feitas, servindo somente de palanque a políticos da oposição.

— Debate político se pode fazer aqui. Governo e oposição devem se enfrentar aqui, e não utilizar uma empresa com a credibilidade da Petrobras para ser o pretexto de uma disputa política cujo único interesse é influenciar no processo eleitoral.

# Definição da CPI da Petrobras fica para hoje

Oposição anunciou já ter o número de assinaturas necessário para requerer a criação da CPI no Senado, mas o líder do PT disse que o governo poderá trabalhar para a retirada dos apoios

O SENADOR ALVARO Dias (PSDB-PR) anunciou em Plenário que foram alcançadas as 27 assinaturas necessárias para a criação de uma CPI para a investigação de denúncias envolvendo a Petrobras. O requerimento já conta com as assinaturas de 25 senadores e, segundo ele, as duas restantes estão confirmadas e serão juntadas em seguida.

O senador ressaltou que, caso a Câmara também consiga o número necessário (171 deputados), os trabalhos ocorrerão em conjunto.

Segundo Alvaro, as investigações serão focadas em quatro temas: o processo de aquisição da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos; indícios de pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SBM Offshore para obtenção de contratos junto à Petrobras; denúncias de que plataformas estariam sendo lançadas ao mar sem componentes primordiais à segurança do equipamento e dos trabalhadores; e indícios de superfaturamento na construção de refinarias.

O senador enfatizou que a investigação política é fundamental para complementar eventual investigação por órgãos como o Ministério Público.

— A CPI pode, em regime de urgência, determinar a quebra de sigilos bancário, fiscal ou telefônico, requerer documentos e auditorias. Compartilhando

as informações com o Ministério Público, a Polícia Federal, possibilitando abrangência maior, profundidade e, sobretudo, eficiência na investigação — disse.

Com o anúncio de que havia o número regimental para a CPI, o debate se acirrou. O senador Aécio Neves (PSDB-MG) disse que é preciso zelo com o patrimônio público e que uma CPI é importante para apurar responsabilidades. Para ele, a CPI pode marcar o início do resgate da “mais importante empresa do patrimônio brasileiro”.

— A partir daí, com absoluta transparência, vamos permitir que os brasileiros saibam quais as motivações que levaram a decisões tão perversas com a Petrobras — declarou.

Para a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), no entanto, o Senado não pode se deixar usar como instrumento de política eleitoral. A convocação de uma CPI, disse Gleisi, atende a interesses políticos e eleitorais. Ela lembrou que no Senado há três senadores potenciais candidatos à Presidência da República: Aécio Neves, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Magno Malta (PR-ES).

De acordo com a senadora, com a investigação por órgãos técnicos, como o Tribunal de Contas da União (TCU) e o Ministério Público, e uma apuração interna na Petrobras, não haveria outra explicação

para uma CPI a não ser o viés político.

## Ministério Público

Randolfe Rodrigues, Ana Amélia (PP-RS) e Pedro Taques (PDT-MT) destacaram a representação apresentada por eles à Procuradoria-Geral da República para apuração da conduta do Conselho de Administração da Petrobras no caso da refinaria de Pasadena.

Taques rebateu críticas de que os senadores estariam “se apequenando” ao propor as investigações.

— A atribuição do Ministério Público é uma atribuição constitucional, que não tem nada a ver com a atribuição de uma CPI ou as atribuições de outras instituições. Eu não aceito polícia política no meu mandato — afirmou.

O líder do PT, Humberto Costa (PE), ressaltou que, mesmo com eventual confirmação do requerimento, o governo poderá trabalhar pela retirada das assinaturas. De acordo com o Regimento Interno do Senado, os senadores têm até a meia-noite do dia da leitura do documento no Plenário para retirar o apoio.

O senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) protestou contra a desvalorização da Petrobras e a partidarização da administração da estatal, opinando que transações como a compra da refinaria de Pasadena requerem uma investigação “séria, serena e responsável”.

## Alvaro: denúncias contra a estatal são feitas há anos

Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que o governo não pode alegar que a oposição se aproveita do ano eleitoral para investigar a Petrobras, uma vez que ele tem apresentado denúncias contra a administração da empresa há anos.

O senador lembrou que em 2009 o governo fez uma “operação de guerra” para impedir uma CPI no Senado. Disse ainda que em dezembro de 2012 protocolou na Procuradoria-Geral da República pedido para apuração da compra da refinaria em Pasadena (EUA).

## Mário Couto quer pedir o impeachment de Dilma Rousseff

O senador Mário Couto (PSDB-PA) anunciou que vai protocolar hoje, na Câmara, o pedido de impeachment da presidente da República, Dilma Rousseff.

Ele acusa a presidente de ter praticado crime de improbidade administrativa, por aprovar, em 2006, a compra de uma refinaria nos Estados Unidos, com base em laudo falho.

## Para Bauer, investigação “é imprescindível”

O senador Paulo Bauer (PSDB-SC) classificou na terça-feira como imprescindível a instalação de uma CPI para investigar suspeitas de irregularidades em negócios da Petrobras. Ele criticou o governo pela má administração que provocou a desvalorização das ações da empresa petrolífera e cobrou esclarecimentos sobre a compra da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos.



Randolfe Rodrigues, Alvaro Dias, Aécio Neves e José Agripino apoiam a criação de uma CPI para investigar negócios da Petrobras

## Rejeitado texto que dificultava criação de órgãos públicos

O Plenário rejeitou ontem a proposta de emenda à Constituição (PEC 34/2013) que dificultava a criação de estatais, ministérios e outros órgãos públicos por parte do Poder Executivo. Foram 31 votos a favor e 23 contra, mais 1 abstenção. Para uma PEC

ser aprovada, são necessários 49 votos.

A iniciativa previa que a criação e a extinção de órgãos públicos se dessem por lei complementar, e não por lei ordinária, como é hoje. Na prática, exigiria quórum maior para a aprovação:

em vez de maioria simples (maioria dos presentes), maioria absoluta (42 votos). A matéria havia sido aprovada na CCJ em novembro, mas gerou controvérsia em Plenário.

Autor da proposta, José Agripino (DEM-RN) disse

que nunca pensou em criar dificuldades, mas sim em racionalizar os gastos públicos.

— Esse projeto vem dar uma contribuição para que o Brasil retome a condição de melhor grau de investimento — argumentou o senador.

O líder do governo, Eduar-

do Braga (PMDB-AM), afirmou que a medida poderia “engessar” a administração pública. Apesar disso, o senador ressaltou um caráter “meritório” da proposta, por contribuir para o controle dos gastos públicos e para a ampliação da transparência.



Em 1964, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade contribuiu para os eventos que culminaram na deposição de Jango

## Senadores reagem a saudosismo da ditadura

Apoio à intervenção militar verificado na internet e em esvaziadas marchas nas ruas recebe críticas também de consultor político e professor de história: "Democracia é o melhor remédio para qualquer crise"

Moisés de Oliveira Nazário



TRINTA ANOS APÓS o movimento Diretas Já, alguns grupos nas redes sociais e nas ruas

expressam saudade da ditadura militar, a despeito da repressão e da ausência de liberdade. "Na ditadura havia ordem, a economia crescia mais, não havia corrupção", postou recentemente um entusiasta.

No último sábado, se tentou reviver a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que, em 19 de março de 1964, reuniu milhares de pessoas em São Paulo contra o então presidente João Goulart e as reformas de base, que foram vistas como prenúncio do comunismo por grandes proprietários de terra e por segmentos expressivos da classe média urbana. Em 2014, as marchas reuniram pouca gente: 1.000 em São Paulo, 150 no Rio de Janeiro, uma centena em Belo Horizonte e apenas 9 pessoas em Natal.

Para o consultor político Paulo Kramer, esse tipo de manifestação surge no esteio dos protestos que agitaram o Brasil a partir de junho e mostra o descontentamento de setores de classe média, não propriamente com a democracia, mas com o desvirtuamento dela pela corrupção.

— A democracia só é democrática se permite que grupos que preguem até sua extinção ou sua suspensão possam também se manifestar — disse.

O historiador e professor da UnB Antonio José Barbosa observa que houve também tentativas de reviver o comício da Central do Brasil no qual Jango anunciou a disposição de fazer as reformas de base.

— Foi um fracasso absoluto: tanto de um lado quanto do outro, não apareceu ninguém. Há uma certa consciência de que a democracia é o melhor remédio para qualquer situação de crise — avaliou.

Estatísticas mostram que a economia cresceu mais na ditadura do que depois da redemocratização. Mas o "milagre econômico" não beneficiou toda a população.

— O "milagre" se assentava em arrocho salarial e contratação de empréstimos estrangeiros. Com a crise do petróleo, a dívida do Brasil ficou cada vez mais insustentável. O milagre acabou em 1973 — explicou o professor Barbosa.

### Opiniões

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), também formado em história, aponta a concentração de renda como herança.

— A ditadura aprofundou a desigualdade, acumulou riqueza nas mãos de poucos.

João Capiberibe (PSB-AP), que permaneceu dez anos exilado, contesta a afirmação de que havia menos corrupção.

— A corrupção era consentida e a sociedade não tinha direito de criticar. Não havia como denunciar porque era considerado subversão.

Anibal Diniz (PT-AC) acha incongruente usar a liberdade da democracia para pedir seu fim.

— Pessoas que pedem por isso não sabem nada da história e não fazem ideia do que estão propondo — afirmou.

Paulo Paim (PT-RS) lamenta o equívoco.

— Se você estiver em uma ditadura e disser que quer a volta da democracia, você é preso e torturado — destaca.

Aécio Neves (PSDB-MG) assinala avanços.

— A democracia nos trouxe a possibilidade de definirmos o que queremos para a sociedade.

Alvaro Dias (PSDB-PR), que foi vereador, deputado estadual e federal e senador pelo MDB no período da ditadura, diz que não se pode concordar com o objetivo de voltar ao "passado autoritário".

— Que ocorram manifestações pacíficas defendendo a democracia, a competência e o fim da impunidade.

Para Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), não se deve dar tanto peso às manifestações.

— São atitudes isoladas que não representam nem 1% da população brasileira.

Pedro Simon (PMDB-RS), que foi um dos coordenadores das Diretas Já, disse que é preciso enfrentar quem defende a volta da ditadura.

— Essas coisas parecem não ter importância, mas têm.

Para Magno Malta (PR-ES), os pedidos de volta da ditadura podem ser atribuídos à piora no quadro da segurança.

### Simon e Figueiró apresentam visões diferentes sobre 1964

Duas visões diferentes dos fatos de 1964 são apresentadas por Pedro Simon (PMDB-RS) e Ruben Figueiró (PSDB-MS). A própria nomenclatura é um ponto de divergência. Ao contrário de Simon, Figueiró diz que no primeiro momento não houve exatamente um golpe.

— Foi um movimento civil baseado na Constituição de 46, que estabelecia regras para o impeachment do presidente, que foi cumprido.

Para Figueiró, a expecta-

tiva era de que os militares devolveriam o poder aos civis, o que não ocorreu.

Simon estava com Jango em Porto Alegre enquanto o presidente decidia se resistiria ao golpe. A tese do senador é a de que a deposição ilegal do presidente foi feita primeiro pelo Congresso e, a partir daí, os militares assumiram o poder.

Vídeos dos depoimentos:  
<http://bit.ly/mgSimon>  
<http://bit.ly/mgFigueiro>

## Avança possibilidade de urgência para acordos internacionais

O Plenário do Senado aprovou ontem em primeiro turno substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 35/2011, que tem por objetivo acelerar a tramitação de tratados, atos e acordos internacionais no Congresso. Foram 62 votos favoráveis, 1 contrário e 1 abstenção. A matéria terá de passar por segundo turno de votação no Senado para então ser encaminhada à Câmara.

O texto aprovado estabelece a possibilidade de regime de urgência para as mensagens presidenciais que encaminham acordos internacionais ao Congresso. Senadores lembraram que acordos já demoraram até 20 anos para serem aprovados.

A proposta original, de Luiz Henrique (PMDB-SC), estabelecia que a análise de

acordos internacionais fosse feita exclusivamente pelo Senado, como forma de agilizar a tramitação. Atualmente, os acordos internacionais são analisados pelas duas Casas do Congresso.

A maioria dos senadores, no entanto, preferiu o texto de Jorge Viana (PT-AC), que apenas prevê o regime de urgência, a ser pedido pela Presidência da República ou decidido pelo Senado ou pela Câmara.

Luiz Henrique agradeceu a colaboração de Viana, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e Fernando Collor (PTB-AL) na elaboração do novo texto, que possibilitou a aprovação da proposta. O entendimento foi o de que os deputados rejeitariam a proposta original por perderem prerrogativas.



No primeiro turno de votação, proposta recebeu 62 votos favoráveis

## Congresso adere ao movimento Hora do Planeta, do WWF

Neste sábado, as luzes do prédio do Congresso serão apagadas das 20h30 às 21h30, em alusão ao uso adequado dos recursos naturais. Será a terceira vez que o Congresso participa da Hora do Planeta.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, assinou ontem a adesão do Congresso ao ato deste ano. A Hora do Planeta é um movimento organizado anualmente pela organização World Wide Fund for Nature (WWF), no final de março, quando comunidades de várias partes do mundo desligam as luzes por uma hora.

Também ontem, Renan recebeu uma moção de repúdio da bancada do Partido Verde contra acordo entre Brasil e Alemanha para cooperação científica e tecnológica na área nuclear. O tratado, assinado em 1975, continua

em vigor e prevê parceria na prospecção, na extração e no processamento de urânio, além de treinamento de técnicos brasileiros para atuação em usinas. O PV pede que o acordo não seja renovado, pois o Brasil já opera com duas usinas nucleares: Angra 1 e Angra 2 (em construção), "que contribuem com apenas 1,7% da matriz energética nacional e trazem riscos à segurança da população".

O deputado Sarney Filho (PV-MA) disse que a cooperação entre Brasil e Alemanha deve ser feita na produção e pesquisa de energia renovável — área na qual os países já possuem acordo "relevante" — com objetivo de buscar mais eficiência energética.

Com informações da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado



Ao lado do deputado Sarney Filho (D), Renan recebe representantes do WWF